




**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
**RESOLUÇÃO TC 23/2015, DE 25/11/2015 – ANEXO VIII, ITEM 22**  
**ANEXO XVII - RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO**

PROGRAMA AÇÕES SUBAÇÃO (A)	DOTAÇÃO AUTORIZADA (B)	DESPESA LIQUIDADADA (C)	% DE DESPESAS LIQUIDADADAS / DESPESA AUTORIZADA (D)	PRODUTO (E)	META FÍSICA PREVISTA (F)	META FÍSICA REALIZADA (G)	COMENTÁRIOS (H)	INDICADOR DO PROGRAMA (I)
1. Programa 0256 – Controle externo da administração	185.188.200,00	183.256.071,82	98,96%			R\$467.105.102,87		
1.1. Atividade 1111 – Controle externo da aplicação dos recursos públicos do Estado e dos Municípios de Pernambuco	184.218.200,00	182.769.327,30	99,21%	10.416 processos julgados  Volume de Recursos Fiscalizados (J)  R\$ 67.245.443.311,75	66,34%	67,62%	O indicador "Benefícios Financeiros das Ações de Controle Externo" calcula a soma dos valores das multas aplicadas, dos débitos imputados aos beneficiários das ações de controle externo e dos benefícios obtidos, nas esferas estadual e municipal. Para efeito deste indicador, considera-se benefício a economia potencial provocada pela atuação preventiva do Tribunal, sobretudo, na análise dos procedimentos licitatórios que acarretam redução no preço máximo das aquisições de bens e serviços. Em 2015, os valores das multas aplicadas e dos débitos imputados foram de R\$ 3.421.772,18 e R\$ 25.616.146,59, respectivamente. Já a economia potencial gerada pela atuação preventiva foi de R\$ 438.067.184,10.  Em 2015, o "Índice de Processos Julgados Tempestivamente", cuja polaridade é "quanto maior melhor", atingiu o percentual de 67,62%, alcançando o desempenho de 101,93% em relação à meta, dando um salto de 8,47 pontos percentuais de dezembro de 2014 a dezembro de 2015. Uma das causas responsáveis por esta evolução foi a tempestividade dos julgamentos dos processos de Aposentadorias, Pensões e Reformas, beneficiados pela digitalização e pela tramitação eletrônica. Analisando a evolução deste indicador ao longo do Ciclo 2013-2018, o avanço é ainda mais evidente, com um incremento de 13 pontos percentuais entre dezembro de 2013 e dezembro de 2015	4.1 - Índice de processos julgados tempestivamente (I2)
					243 dia	248 dias	O "Tempo Médio dos Processos Julgados" calcula a média dos dias de permanência dos processos no Tribunal, da data de entrada destes processos até o dia de publicação da decisão, do acórdão ou do parecer. Em 2015, conforme este indicador, que possui polaridade "quanto menor melhor", a média de permanência foi de 248 dias, bem próxima à meta estipulada (243 dias), o que resultou num desempenho de 97,94%. Apesar de não ter alcançado a meta, historicamente este indicador vem apresentando melhores resultados. Quando comparado com o mesmo período de anos anteriores, percebe-se que houve uma redução de 55 dias em relação a 2014 e de 114 dias em relação a 2013. Um dos motivos para este avanço foi a implantação do processo eletrônico para as modalidades de APR (Aposentadoria, Pensões e Reformas)	4.3 - Tempo médio dos processos julgados



<p>1.2. Atividade - 2741 - Comunicação institucional do Tribunal de contas</p> <p>2. Programa 0991 - apoio gerencial e tecnológico às ações do tribunal de contas</p>	<p>970.000,00</p> <p>139.448.600,00</p>	<p>496.744,49</p> <p>127.031.103,04</p>	<p>51,21%</p> <p>91,10%</p>	<p>33,66%</p> <p>25,80%</p>	<p>289 dias</p> <p>285 dias</p>	<p>O "Índice de Estoque dos Processos acima do Prazo de Julgamento", que possui polaridade "quanto menor melhor", atingiu o percentual de 25,80%, ultrapassando a meta prevista para 2015 (33,66%), alcançando um desempenho de 123,35%. Este resultado, bem acima da expectativa inicial, promoveu uma redução de 17,23 pontos percentuais em relação a dezembro de 2014. Uma das causas responsáveis por este progresso foi tempestividade dos julgamentos dos processos de APR - Aposentadorias, Pensões e Reformas e de Recursos, beneficiados pelo contínuo esforço de monitoramento dos resultados. Analisando o desempenho deste indicador ao longo do Ciclo 2013-2018, constata-se que o avanço foi ainda mais evidente, com uma queda de 22 pontos percentuais entre dezembro de 2013 e dezembro de 2015. Ou seja, em dezembro de 2013, quase metade dos processos em estoque estava com idade superior ao tempo considerado tempestivo. Já em dezembro de 2015, o percentual foi de apenas 25%, o que muito contribuiu para a melhoria da agilidade processual da Instituição</p> <p>O indicador de "Idade Média dos Processos em Estoque" mede a média dos dias de permanência dos processos no estoque, ou seja, dos processos que ainda não foram julgados e publicados. Em 2015, conforme este indicador, que possui polaridade "quanto menor melhor", a média de permanência foi de 285 dias, um pouco superior à meta estipulada (289 dias), o que resultou num desempenho de 101,38%. Quando comparado com o mesmo período de anos anteriores, percebe-se que houve uma expressiva melhoria, com redução de 107 e 124 dias na média de permanência em relação aos exercícios de 2014 e 2013, respectivamente. O julgamento de alguns dos processos mais antigos no estoque do Tribunal contribuiu fortemente para este avanço</p> <p>O número de processos julgados ficou próximo do atingimento da meta estabelecida. Uma das razões para este desempenho abaixo do esperado foi o fato do TCE ter priorizado o julgamento de processos mais complexos e antigos. Dentro do Ciclo 2013-2018, 2015 foi o ano com a menor quantidade de processos julgados. No entanto, foi o período com a maior quantidade de julgamentos de processos de maior complexidade (incluindo no grupo de -APR, ou seja, processos das demais modalidades excluindo as Aposentadorias, Pensões e Reformas).</p> <p>O indicador "Taxa de Demandas do Cidadão Concluídas", que possui polaridade "quanto maior, melhor", atingiu o percentual de 90,98%, ultrapassando a meta prevista para 2015 (90%), alcançando um desempenho de 101%. Graças a uma postura mais proativa, adotada por sua equipe técnica, várias demandas recebidas mais recentemente passaram a ser solucionadas internamente, o que fez com que a quantidade destas demandas em estoque e o tempo médio de atendimento fossem diminuindo ao longo de 2015. Estas passaram a ser concluídas pela própria Ouvidoria, sendo posteriormente encaminhadas para os segmentos competentes, para que sirvam como subsídios a futuras fiscalizações. Desta forma, apenas as demandas de maior relevância e/ou urgência foram encaminhadas para análise e resposta pelo setor competente. Verificando as medições deste indicador ao longo do Ciclo 2013-2018, constata-se que houve um grande avanço, com um acréscimo de 38 e 35 pontos percentuais em relação a dezembro de 2014 e dezembro de 2013, respectivamente.</p>	<p>4.2 - Índice de estoque dos processos acima do prazo de julgamento (3)</p> <p>4.3.5 - Número de processos julgados (-APR) e 3.4.6 - Número de processos julgados (APR)</p>
<p>Documento Assinado Digitalmente por: ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA</p> <p>Acesse em: <a href="https://e.icepe.tc.br/epv/validaDoc.seam">https://e.icepe.tc.br/epv/validaDoc.seam</a></p>	<p>5655a776-a098-4b88-9b78-2b0da7e31bf6</p>	<p>5655a776-a098-4b88-9b78-2b0da7e31bf6</p>	<p>5655a776-a098-4b88-9b78-2b0da7e31bf6</p>	<p>5655a776-a098-4b88-9b78-2b0da7e31bf6</p>	<p>5655a776-a098-4b88-9b78-2b0da7e31bf6</p>	<p>5655a776-a098-4b88-9b78-2b0da7e31bf6</p>	

2.1. Atividade 0591 – Capacitação e valorização de servidores	8.043.100,00	6.553.621,99	81,48%				4.049 servidores 4.748 servidores	<p>O indicador "Número de Servidores de Órgãos Jurisdicionados Capacitados" apresentou um resultado bem superior ao definido como meta, alcançando um desempenho de 117,26%. Duas ações contribuíram para a forma mais direta para este desempenho: a) Promoção de um grande número de capacitações relacionadas com o uso do processo eletrônico de prestação de contas. Estas capacitações foram oferecidas na modalidade EaD - Ensino à Distância; b) Divulgação das capacitações de forma mais ampla e com boa antecedência. Analisando o desempenho deste indicador em 2013 e 2015, constata-se que houve um incremento na quantidade de servidores capacitados (2.433 servidores a mais servidores a mais)</p>	Número de Servidores Jurisdicionados Capacitados
			95,0%				92,43%	Este indicador mede o percentual de servidores do Tribunal (alocados no TCE) que participaram de capacitações. Em 2015, este indicador mediu 92,43%, um pouco abaixo da meta, alcançando o desempenho de 97,30%. Comparando a medição de 2015 com a medição de 2013, houve um incremento de 1 ponto percentual. Para melhorar o desempenho deste indicador, o Tribunal elaborou o Plano Estratégico de Desenvolvimento e Desempenho, que foi iniciado em 2015 e terá continuidade em 2016	8.11.3 Taxa de Abrangência das Capacitações
			65,0%				65,0%	A "Taxa de Satisfação com as Ações de Liderança" é medida anualmente pela Pesquisa Institucional do TCE-PE. O seu resultado está alinhado com questões relacionadas com o incentivo e a oportunidade do servidor participar de capacitações. Em 2015, este indicador mediu 65% percentual idêntico ao da meta estabelecida. As maiores taxas de satisfação dos servidores com as ações de capacitação encontram-se na área administrativa (71%) e com servidores que ocupam cargo de gerência (73%). Comparando a medição deste indicador em 2013 e 2015, constata-se que houve um avanço considerável, com um incremento de 15 pontos percentuais.	8.11.1 Taxa de satisfação com as ações de capacitação
			95,0%				91,20%	A "Taxa de Cumprimento do PDI – Plano de Desenvolvimento Individual", que possui polaridade "quanto maior melhor", atingiu o percentual de 91,2%, ficando um pouco abaixo da meta (95%), alcançando um desempenho de 96%. Comparando a medição de 2015 com a dos anos anteriores, percebe-se que esta foi a mais elevada dos últimos anos, com acréscimos de 4 e de 0,3 pontos percentuais em relação a 2014 e a 2013, respectivamente. Tais acréscimos foram estimulados, muito provavelmente, pela ocorrência da promoção por merecimento e também devido às várias reuniões realizadas entre as áreas com a finalidade de explicar os insumos necessários para a construção das trilhas de aprendizagem dos servidores.	8.2 Taxa de Cumprimento do Plano de Desenvolvimento Individual – TCE-PE
							R\$ 1.538,53	O "Índice de Recursos Aplicados em Educação Corporativa por Servidor" mede o valor médio gasto pelo TCE, por servidor, com cursos aplicados em educação seminais, congressos, capacitação em geral. Estão incluídos nestes recursos: passagens aéreas, diárias, além do valor gasto com os cursos internos e externos. Comparando a medição de 2015 com a de 2014 (R\$ 1.051,50), houve um incremento de quase R\$ 500,00, em média, por servidor. Um das razões para esta melhoria foi a realização de seminários promovidos pela Escola de Contas Professor Barreto Guimarães.	8.11.2 Índice de recursos aplicados em educação corporativa por servidor
			82,0%				77,0%	A "Taxa de Percepção da Valorização da Meritocracia no TCE", que possui polaridade "quanto maior melhor", atingiu o percentual de 77%, ficando um pouco abaixo da meta (82%), alcançando um desempenho de 94%. Este resultado reflete, em grande parte, os efeitos do projeto Merceer, cujas ações foram iniciadas em 2012 e que teve como foco o fortalecimento do reconhecimento profissional. Comparando a medição de 2015 com a dos anos anteriores, percebe-se que houve uma queda de 2 pontos percentuais em relação a 2014 e um acréscimo de 15 pontos em	8.2 Taxa da percepção da valorização da meritocracia no TCE-PE



Documento Assinado Digitalmente por: ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA  
 Acesse em: <https://e.cnpj.gov.br/portal/assinatura/validarAssinatura>

Identificador: 5655a776-a098-4a88-9b78-2b0da7e31bf6



2.11. Atividade 4411 - Gestão administrativa das ações do tribunal de contas	60.135.000,00	54.280.501,18	90,26%	79,34%	85,61%	Este indicador mede o grau de automação do controle externo, através do índice de automação percentual de peças produzidas utilizando sistemas de TI. Os dados são processos de controle extraídos de diversos sistemas informatizados do Tribunal. A meta para o ano de 2018 é alcançar 100% de grau de automação. Em 2015, a automação do processo de controle externo atingiu o índice de 79,34%, superando a meta estipulada e obtendo um desempenho de 107,90%. Analisando o desempenho deste indicador ao longo do Ciclo 2013-2018, fica ainda mais evidente a sua evolução, tendo em vista os acréscimos de 12 e 17 pontos percentuais em relação a 2014 e 2013, respectivamente. Um dos principais motivos para a melhoria dos resultados foi o avanço da implantação do Processo Eletrônico no Tribunal, que está sendo desenvolvida através de um projeto estruturante. Estes resultados positivos demonstram que o Tribunal está obtendo êxito nas ações de automação dos processos de controle externo
				82,0%	83,0%	A "Taxa de Satisfação com a Infraestrutura", um indicador de polaridade "quanto maior melhor" mede o nível de satisfação dos servidores do Tribunal com os principais serviços prestados ou disponibilizados pela Administração referentes a infraestrutura (instalações físicas, temperatura e limpeza). Aferido através da Pesquisa Institucional, realizada anualmente pelo Tribunal, o resultado deste indicador em 2015 demonstrou que 83% dos servidores estão satisfeitos. Comparado com resultados de anos anteriores, percebe-se que a Taxa de Satisfação aumentou 2 pontos percentuais em relação a 2014 e 5 pontos percentuais em relação a 2013, o que demonstra que a área de administração do Tribunal vem obtendo êxito em suas ações de aprimoramento da gestão administrativa.
				74,0%	81,0%	A "Taxa de Satisfação dos Servidores", que possui polaridade "quanto maior melhor", mede a satisfação dos servidores com relação a ações desenvolvidas pelo Tribunal, tais como: qualidade de vida, planejamento, capacitação, comunicação, condições de ambiente de trabalho, atuação gerencial, etc. Em 2015, a "Taxa de Satisfação dos Servidores" atingiu o percentual de 81%, ultrapassando a meta estabelecida, alcançando um desempenho de 109%. Os indicadores que mais contribuíram para aumentar esta taxa foram: Taxa de satisfação com os serviços de TI (89%) e Taxa de motivação dos servidores (86%). Por outro lado, os indicadores que mais influenciaram negativamente a taxa de satisfação geral dos servidores foram: Taxa de percepção de boas práticas relacionadas à gestão do conhecimento (64%) e Taxa de satisfação com as ações de capacitação (65%). Em relação a este último indicador, é importante destacar que houve um acréscimo representativo na sua medição em relação a 2014 (54%). Comparando a medição de 2015 com a dos anos anteriores, percebe-se que esta foi a mais elevada, com acréscimos de 1 e de 5 pontos percentuais em relação a 2014 e a 2013, respectivamente
				85,0%	86,0%	A "Taxa de Motivação dos Servidores" é medida anualmente pela Pesquisa Institucional do TOE-PE. O seu resultado está alinhado com a satisfação com o trabalho e o sentimento de realização profissional. Em 2015, este indicador mediu 86%, superando a meta estabelecida, alcançando um desempenho de 101,18%. As maiores taxas de motivação dos servidores encontram-se na área administrativa (93%) e com aqueles servidores que ocupam cargo de gerência (96%). A pesquisa constatou que 93% dos servidores gostam do trabalho que fazem e 80% dos servidores consideram que seu trabalho está resultando num sentimento de realização profissional. Comparando a medição deste indicador em 2013 e 2015, constata-se que houve um avanço considerável, com um



			85,0%	83,0%	A "Taxa de Satisfação com a Liderança" é medida anualmente pela Pesquisa Institucional do TCE-PE. O seu resultado está alinhado principalmente com a percepção sobre a atuação dos gerentes em questões relacionadas com o reconhecimento, planejamento, monitoramento, desenvolvimento, engajamento, comunicação e liberdade de expressão. Em 2015, este indicador mediu 83%, ficando um pouco abaixo da meta estabelecida, alcançando um desempenho de 97,65%. As maiores taxas de motivação dos servidores encontram-se na área administrativa (93%) e com aqueles servidores que ocupam cargo de gerência (96%). A pesquisa concluiu que 66% dos servidores se sentem bem informados sobre as decisões da alta cúpula e sobre os fatos do TCE/PE que afetam seu trabalho e ainda que 90% dos servidores recebem informações necessárias de sua gerência imediata para realizar seu trabalho. Comparando a medição deste indicador em 2013 e 2015, constata-se que houve um avanço considerável, com um incremento de 8 pontos percentuais.	8,10.1Taxa de satisfação com a liderança
2.12. Operação Especial. 4618 - Devolução de recursos de convênios	11.000,00	0,00	0,00%			
<b>TOTAL</b>	<b>338.232.000,00</b>	<b>321.879.373,80</b>	<b>95,17%</b>			

**Notas Explicativas :**

(A) **O nome dos programas, ações e subação conforme a Lei Orçamentária Anual.** São de três naturezas diferentes as ações de governo que podem ser classificadas como categorias de programação orçamentária: atividade, projeto e operação especial. Os projetos e atividades são os instrumentos orçamentários de viabilização dos programas. Estão assim conceituados:

**Atividade:** é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.

**Projeto:** é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, que se realizam num período limitado de tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo.

**Operação Especial:** são ações que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. Representam, basicamente, o detalhamento da função "Encargos Especiais". Porém um grupo importante de ações com a natureza de operações especiais quando associadas a programas finalísticos podem apresentar produtos associados.

No exercício de 2015, seguindo a estrutura programática do orçamento, para realização de seus objetivos o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco,

(B)  **Dotação orçamentária original + suplementações – cancelamentos ocorridos no exercício financeiro.**

(C) **Total da despesa liquidada por programa e ações.**

(D)  **Percentual alcançado (C/B).**

(E)  **Produto em relação à meta física estipulada.**

(F)  **Resultado físico previsto.**

(G)  **Resultado físico alcançado.**

(H)  **Esclarecimentos técnicos quanto aos resultados físicos e financeiros (obrigatoriamente quando do não atingimento das metas).**

(I)  **Indicador previsto para medição do programa.**

(J)  **Segundo informação fornecida pelo sistema e-AUD, retiradas do campo "Volume de Recursos Fiscalizados", foram auditados , em 2015 R\$ 67.245.443.311,75 (Sessenta e cinco bilhões, duzentos e quanta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, trezentos e onze reais e onze centavos). O Volume de Recursos Fiscalizados (VRF) representa uma estimativa do montante de recursos objeto de auditoria. Esta informação é fornecida pelas equipes de auditoria através do sistema e-AUD. Neste valor não estão contemplados os recursos fiscalizados a partir das Contas de Governo, e Contas de Gestão das Câmaras Municipais.**

Isaac de Oliveira Seabra  
Contador Responsável CRC-PE 16.709/0-5

Maria Teresa Moura  
Diretora de Gestão e Governança

